

Convenção sobre o Futuro da Europa

Sessão Plenária, Bruxelas, 6 e 7 de Fevereiro de 2003

G.T. XI - EUROPA SOCIAL

Intervenção do Representante do Governo Português, Prof. Ernâni Rodrigues Lopes

Saúdo o nosso colega Giorgios Katiforis pelo excelente trabalho realizado. Refiro-me concretamente aos 7 pontos que constituem o resumo das conclusões a que chegou o seu Grupo de Trabalho:

1. Concordamos que o artigo 2º do novo Tratado inclua como valores essenciais a justiça social, a solidariedade e a igualdade. Este princípio da igualdade deverá ser considerado na sua aceção de princípio absoluto.
2. Apoiamos genericamente a proposta dos objectivos a incluir no artigo 3º do Tratado, com as seguintes ressalvas:
 - a) o conceito de paz social como referido é dificilmente tipificável;
 - b) preferimos a expressão “modelo social europeu” à expressão “economia social de mercado”;
 - c) consideramos necessária a articulação entre os conceitos de “coesão económica, social, territorial “ e de “inclusão social”.
3. Entendemos, tal como expresso no relatório final do Grupo de Trabalho, que o actual leque de competências da União é adequado. Propostas de redução de competências não são aceitáveis.
4. Concordamos com a inclusão do método aberto de coordenação no Tratado. A definição não deverá ser demasiado detalhada nos procedimentos, para preservar a sua flexibilidade. Não deve também substituir ou prejudicar o método legislativo comunitário. Não apoiamos a elaboração de uma lista de situações às quais este método se aplicará.

5. Concordamos com a necessidade de racionalizar os processos de coordenação das políticas económicas e sociais.

6. Entendemos que será de manter o compromisso de Nice quanto ao processo de decisão por maioria qualificada. Não é para nós clara a proposta de “modernização do âmbito e da linguagem” do artigo 137º.

7. Finalmente, concordamos com o reconhecimento explícito no Tratado do papel dos parceiros sociais.